

O PENSAMENTO POLÍTICO EM EURÍPIDES

Maria Helena de Moura Neves *

REV. LET./226

NEVES, Maria Helena de Moura — O pensamento político em Eurípides, —
Rev. Let., São Paulo, 20:99-108, 1980.

RESUMO: No sempre reconhecido realismo euripidiano se inclui um envolvimento político. É notável o elogio a Atenas, seja a seu passado ilustre, seja a seu papel no mundo grego. Entretanto a guerra a que Atenas se atira e que faz enfraquecer a Grécia é condenada, pois a defesa de Atenas, concretizada na defesa de seu regime político, a democracia, não inclui a defesa do imperialismo ateniense. Assim, acima de Eurípides patriota se ergue o Eurípides humanista, preocupado com as responsabilidades do ser humano, não apenas do cidadão.

UNITERMOS: Elogio de Atenas; democracia; demagogia; guerra; pacifismo.

A obra de Eurípides traz claras alusões à política. Essa posição se insere no realismo euripidiano, por todos reconhecido e comentado. Além das peças de tema predominantemente político, há, em outras, cenas e discursos que aludem a eventos contemporâneos e revelam posições do autor.

AS PEÇAS POLÍTICAS O ELOGIO DE ATENAS

São especialmente políticas *Os Heráclidas* e *As Suplicantes*, que pertencem à primeira fase da guerra do Peloponeso, o que talvez explique o conteúdo patriótico que apresentam. Nelas se faz o elogio a Atenas, seja a seu passado ilustre,

seja a sua posição e papel no mundo grego. Em ambas as peças cabe ao rei ateniense — Demofon, na primeira, e seu pai, Teseu, na segunda — socorrer suplicantes que a Atenas se dirigem porque a sabem, além de poderosa, mantenedora do princípio de equidade e justiça.

Em *Os Heráclidas*, o elogio a Atenas está em toda a ação, pois ela se baseia no exemplo de generosidade que a cidade dá. Além disso, há o elogio direto em versos. Assim, o coro celebra a boa vontade de Atenas em prestar seu socorro em nome da justiça (v.328-331) e proclama que a cidade nada teme (v. 358-359). Iolaos, como suplicante, diz sentir-se protegido porque confia na Atenas "livre" (v.199; vejamos, ainda, v.

* Professora Assistente Doutora de Língua e Literatura Grega do Departamento de Linguística do Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — Campus de Araraquara, UNESP.

62; v. 199, v. 244, v. 287, v. 957); e pela generosidade dessa cidade, ele recomenda aos filhos de Herácles que ela lhes seja cara entre todas (v. 316). Faz, também, o elogio do rei ateniense, que mantém o direito em toda a Grécia (v. 323). Um acento patriótico ressalta nestes versos e se concretiza na exortação do rei Demofon à defesa da terra ateniense (v. 826-827), à qual o coro se dirige, dizendo: "Segues, ó minha cidade, o caminho da justiça" (v. 901).

O tema de *As Suplicantes* é semelhante. Seu argumento vai ao encontro de idéias que eram caras aos contemporâneos do poeta e que se conectavam com a ocasião nacional (*). Do mesmo modo que *Os Heráclidas*, essa peça mostra o papel que a cidade representa na preservação da equidade e justiça. De novo se celebra a "cidade livre" (v. 405 v. 438, v. 477). O regime político de Atenas — a democracia — é glorificado no debate que se estabelece entre Teseu e o arauto de Tebas, que tenta impedi-lo de ceder aos rogos de Adrasto. Embora a crítica à democracia feita pelo arauto (v. 409 et seq.) revele inconveniências e

excessos desse regime, a crítica à tirania feita por Teseu sobreleva-se e faz concluir pela real excelência da democracia. Afirma Teseu que nada é mais perigoso ao Estado que um tirano, um homem que governa sozinho, apodera-se do direito como de um instrumento, e despe-de, assim, a equidade (v. 426-46) (**). Na democracia, pelo contrário, as leis, sendo publicadas, são as mesmas para todos; vale tanto o pobre quanto o rico e o fraco quanto o forte, diante da justiça (***). Há a liberdade de palavra (****), pela qual qualquer um pode falar na assembléia, e isto é a maior prova de equidade, pois o direito à palavra diferencia essencialmente o livre do escravo (*****).

Tratando da proteção do sagrado direito de dar sepultura aos mortos, *As Suplicantes* têm como centro de ação a preservação do *nómos* (*****) preservação que é um dos predicados da cidade, pois é pelos *nómos* que ela guia suas decisões. Toda a fala de Etra, no início da peça, se assenta sobre esse ponto. O *nómos* é mentido como antiga ordem divina (v. 563), reconhecida por toda a huma-

(*) A peça foi escrita logo após os beócios se recusarem a entregar aos atenienses os corpos dos soldados mortos em Délio, enquanto durasse a ocupação do santuário.

(**) Veja-se, em *Medéia*, a apreciação sobre os tiranos (v. 120 et seq.) e a auto-defesa de Creonte, afirmando não ter o coração de um tirano (v. 348 et seq.).

(***) Veja-se o elogio da pobre nobre que Eurípedes fez na criação do lavrador da peça *Electra* e que teria sido uma maneira de introduzir a democracia nas velhas lendas.

(****) Esse elogio à liberdade de palavra existente em Atenas é feito outras vezes por Eurípedes. Em *Hipólito*, Fedra fala também em *parresía*, "liberdade de linguagem" (v. 422); íon, na tragédia do mesmo nome, diz que ateniense possui a *parresía* (v. 672).

(*****) Veja-se, em *As Fenícias*, o verso 391, em que Polídice diz que ao exilado se nega a *parresía*; veja-se, ainda, *Hécuba*, em que Hécuba pergunta a Ulisses se é possível a uma escrava dirigir a palavra a um homem livre (v. 434-436). Quanto ao pensamento de Eurípedes a respeito de escravos, veja-se o elogio de personagens escravos em *Medéia* (v. 54) e *As Bacantes* (v. 1028), e ainda, no *íon* (v. 854-5), a afirmação de que a natureza do escravo e do livre é a mesma: "Que é que degrada um escravo? Um nome, nada mais. Em todo o resto, se tem alma generosa, ele vale um homem livre". A edição "Les Belles Lettres" do *íon*, na p. 218, cita um fragmento de Eurípedes em que aparece essa mesma idéia.

(*****) *Nómos* significa "aquilo que é atribuído em partilha"; daí, "aquilo que cada um possui", "aquilo de que cada um faz uso"; daí, "uso", "costume que tem força de lei".

nidade (v. 378) e que se impõe a todos os gregos. O desejo de conservar o "nómos pan-helênico" é afirmado mais de uma vez por Teseu (v. 526, v. 671) (*) e por Etra, que apela a seu filho para que não permita que os homens brutais recusem aos mortos sepultura (v.311).

Atenas aparece como a defensora da justiça, assegurando sua amizade e oferecendo benefícios, desde que não se pratique a injustiça. Teseu diz que seu papel é sempre punir os maus (v.341) e que os bons nada têm que temer de sua parte (v.575). E diz o coro, quando comenta a decisão de Teseu, que a cidade que se faz campeã da justiça adquire honra e reconhecimento eterno (v.373).

A democracia aparece como a forma natural e ideal de existência comum. Representa a liberdade de todos sob a norma de equidade (**). Cai por terra a proclamação da prerrogativa da força, que vinha desde Homero. Reconhece-se a equidade como ideal de norma para coexistência, glorifica-se o *nómos* pan-helênico como princípio que não se distingue da *physis*, isto é, da própria natureza (***); pelo contrário assume a mesma verdade, como princípio que é não só dos homens, mas também divino. Por isso Teseu garante a sua mãe que liberará os mortos, se preciso recorrendo à lança, pois, na defesa da lei comum dos gregos, o favor dos deuses não lhe faltará (v.348). Também, ao ouvir o pedido de Adrasto, declara-o conforme com o princípio divino (v.555) e diz que, atendendo-o, segue a ordem dos deuses

(v.558). O próprio coro, por seu lado, comenta que a atitude de Teseu demonstra seu respeito aos deuses (v.366).

O *nómos* pan-helênico é natural, reconhecido pelo próprio sentimento humano, mas tem também um fundamento racional. Toda a fala de Teseu na defesa da preservação desse valor é conduzida racionalmente. Disso é prova o argumento que ele traz, segundo o qual, se a negação de sepultura aos mortos se tornasse lei, os valentes se tornariam lassos, e não mais enfrentariam o combate (v. 567 et seq.); outra prova é o raciocínio que ele expressa segundo o qual o bem sobreleva o mal, pois, se assim não fosse, a humanidade já teria perecido (v.194-198). E observe-se que essa ordem a que se submete o homem, dotado de inteligência e do dom da palavra — dons racionais — ele obteve dos deuses (v. 199 et seq.).

Nos argumentos de Teseu Atenas encontra boas razões para atender a Adrasto e, conseqüentemente, afrontar Tebas. A guerra a que será levada é, aparentemente, a própria negação de tudo o que Teseu defende como ideal de democracia, regida por leis sadias do bem-comum. Entretanto, a guerra se justifica como recurso para preservar esses mesmos princípios. Impedindo o sepultamento, Tebas age contra a *nómos* que toda a Grécia reconhece e também contra a *physis*, pois, assim como o espírito retorna ao éter, o corpo retorna à terra (v. 533-534). Teseu não pretende a guerra, como diz o soldado argivo; apenas foi reclamar os mortos (v.724).

(*) Veja-se, no *Orestes* (v. 494-5), a censura que Tíndaro faz a Orestes por não ter seguido a lei comum dos gregos e ter, assim menosprezado a justiça.

(**) Quando Teseu refuta os argumentos do arauto tebano em *Os Heráclidas*, como se viu acima, isso fica bem patente.

(***) Veja-se a peça *As Bacantes*, em que o coro afirma que aquilo que sempre foi reconhecido verdadeiro "tem sua força na natureza" (v. 895-896).

O arauto tebano transmite a Teseu a proibição de imiscuir-se nos negócios de Argos. Sua obediência afastará a tormenta de Atenas; sua desobediência levará à guerra. Teseu, que se orgulha de conduzir uma "cidade livre", guarda-se de reagir pela cólera a essas palavras e de responder com o orgulho que o poder dita, pois nada é pior que essa ilusão que leva os corações aos excessos e põe os Estados em conflito. Quando a guerra é decidida, cada um imagina a infelicidade, de contra os outros, não contra si. Se cada um, quando votasse a guerra, pensasse na morte, a Grécia não se perderia em lutas furiosas. A paz é a melhor amiga da fecundidade e abundância, mas os homens são suficientemente maus para escolher os combates a fim de escravizar o vencido, cidadão ou cidade (v.467 et seq.). Tais são os argumentos do arauto de Creonte, mas Atenas não recebe ordens de Creonte, cujo poder não se estende até ela (v.519 et seq.). Julga Teseu, em nome de toda a Grécia ofendida (v.538) pela recusa de Tebas em manter o *nómos* pan-helênico, que cabe a Atenas o papel de defensora da justiça. Ele não quer fazer injúria a Tebas nem provocar uma luta destruidora. Mas, desde que Tebas já conseguiu repelir o assalto a suas muralhas, desde que as ações bélicas já cessaram, que ela permita seja respeitada a lei comum da Grécia (v.526 et seq.).

Atenas é forte para tomar a empresa (v.183 e 576). A base de seu poder está justamente em suas instituições e ideais democráticos, pois o povo que governa a si próprio não teme ver crescer os melhores e mais sábios — como o teme a tirania — e, por isso, a cidade se torna cada vez mais forte, e não recusa encargos (v.185, v.322, v.342, v.394).

Assim, vemos uma situação aparentemente paradoxal: o tirano advogando a paz — usando os próprios argumentos de Teseu, como vimos na fala do arauto (v.467) — e o líder democrático ameaçando guerra. É uma situação invertida em relação ao que se entende do ideal democrático de equidade. A tirania, que é a negação desses valores, bem se coaduna com a idéia de guerra. Argos é um exemplo disso; sem ter sido provocada, ela correu para a guerra e, assim, provocou sua própria ruína. Adrasto empreendeu a expedição contra Tebas opondo-se, mesmo, ao oráculo. Assim, menosprezando a vontade divina, ouvindo a grita de desordeiros, e não a voz dos sensatos, ele pôs de lado a razão, não levou em conta as leis universais que salvaguardam a vida do homem. Essa foi a razão de sua perda (v. 155 et seq.; v.734 et seq.). Desdenhando a divinação, fez violência aos deuses, jogou com a vida dos outros e perdeu a cidade, levando-a a uma guerra contra toda a justiça (v.228 et seq.).

Não é para salvar Adrasto, porém, que Teseu aceita enfrentar a luta; não se associa a ele e diz mesmo que não mistura a sua sorte à dele (v. 590-591). Entretanto, a segurança e a dignidade de Atenas e de toda a Grécia repousam na observância das leis comuns — leis humanas e divinas — que Tebas infringiu. Agindo assim, Teseu proclama a universal validade dos princípios de equidade que defende. E é para que não se altere a pureza as leis e o respeito ao direito — como lhe pede o coro — que Atenas toma o partido das suplicantes (v.377-380).

Mesmo ao tomar sua decisão, Teseu ainda confirma a democracia em que vive. Assim, inicialmente, hesita em auxiliar Adrasto, perguntando que boa

razão daria a seu povo (v.247). De fato, quando age, é com a concordância da cidade (v.394., e, terminada a em. prersa que Atenas se propôs, ele se dirige a Adrasto e às argivas, ressaltando que a empresa fora dele e da sua cidade, (v. 1168).

Esse mesmo temor de estar em desacordo com os cidadãos aparece, em *Os Heráclidas*, nas palavras do rei ateniense Demofon, quando afirma que não tem o poder absoluto dos reis bárbaros e que precisa ser justo para ser justamente tratado (v.422-424). É um importante elogio do regime democrático, ligando-o mais uma vez, ao princípio da equidade.

DEMOCRACIA E IGUALDADE

A igualdade consiste em que o pobre tenha o direito de participar do governo, podendo dar sua opinião e conselho; o magistrado propõe, mas só o povo decide em última instância (*). O rico não deve ser mais orgulhoso que o pobre (*As Suplicantes*, v.860). A igualdade é um princípio de estabilidade; liga sempre amigos a amigos, cidades a cidades, aliados a aliados, enquanto a ambição é malfazeja e injusta (*AS Fenícias*, v.531 et seq.). A riqueza é um mau critério para distinguir os bons dos maus; embora a necessidade seja escola do mal, a indulgência de espírito pode estar no homem rico e a grandeza de alma no pobre (*Electra*, v.374 et seq.).

Essa igualdade que Eurípedes defende não ^hega, porém, a significar nivela-

mento. Assim, em *AS Suplicantes*, o rei democrático Teseu reconhece três classes em um Estado, e considera a mais pobre delas perigosa, porque invejosa (v. 238 et seq.). Em vários pontos, Eurípedes mostra temer os excessos populares. Em *Hécuba*, a rainha troiana diz que a massa irrefreada é mais violenta que o fogo (v.606-608); em *Ifigênia em Áulis*, Clitmnestra fala na multidão má e terrível (v.1358).

A DEMAGOGIA

Daí o perigo dos demagogos, cuja ação Eurípedes receia-(**). Quando Hipólito diz que sabe mal defender-se em público, afirma que os medíocres são destrós em falar (*Hipólito*, v.486). Em mais de um ponto vemos afirmado que a palavra da verdade é simples (veja-se *Medéia*, v.580 et seq. e *As Fenícias*, v.469). Hécuba diz a Agamenão que só aquele que age bem deveria saber falar e que as palavras jamais deveriam prevalecer sobre os feitos (*Hécuba*, v.1187-1190). Um belo discurso, por uma causa que não é bela, é pouco louvável e fere a justiça, diz o corifeu em *As Fenícias* (v. 526-527).

O astucioso Ulisses, "hábil em falar ao povo (*Ifigênia em Áulis*, V.526), não é apresentado com simpatia. O "astucioso mentiroso e persuasivo filho de Laerte" (*Hécuba*, (v.131, 132), pertence à classe daqueles que, segundo Hécuba, buscam o favor popular, sem se preocupar com os prejuízos que os outros sofram (*Hécuba*, v. 254 et seq.).

(*) E diz Pílade, em *Orestes*, que, se os chefes são bons, as decisões são boas (v.772).

(**) Observe-se o valor dado por Eurípedes ao poder da palavra; suas personagens se valem de recursos da retórica, havendo grande cuidado na argumentação. Sirvam como exemplo os discursos dos personagens Hécuba e Medéia, e, em *Orestes*, o debate entre Orestes e Tíndaro.

Ulisses representaria o tipo, comum no tempo, daqueles demagogos que infestavam Atenas, dotados de insensibilidade suprema e desenfreada ambição, de uma vulgaridade que a Eurípides devia repugnar profundamente. O arauto argivo, em *As Suplicantes*, ao criticar a democracia, aponta como seu grande defeito ser conduzida pela multidão, ser levada à exaltação por oradores que encantam a massa e fazem a sua desgraça; e ele pergunta como pode a massa, incapaz, ela mesma, de se conduzir racionalmente, levar a cidade a bom caminho (v.409 et seq.).

A figura de um demagogo aparece em ação em *Orestes* (v.920 et seq.) na assembléia dos argivos, cuja sessão se inicia pela fórmula democrática: "Quem quer falar?". Esse orador se opõe a outro moderado, ambos representando tipos contemporâneos de Eurípides. O demagogo tem a língua desenfreada, confia na força de sua palavra ousada e pode fazer perder a cidade, pois, quando a palavra agradável, servindo a maus designios, persuade a massa, isso é um grande mal para a cidade (*). Depois do demagogo fala o moderado, que advoga por Orestes; é um homem íntegro, de irrepreensível conduta, inteligente e sensato; traz razões claras, e as pessoas honestas ficam de acordo com ele, mas a vitória fica com o demagogo (v.943).

A GUERRA

O poder da palavra é lembrado por Eurípides, também como meio de evitar

a guerra (*As Suplicantes*, v.747). Na verdade, a condenação da guerra é um dos temas importantes em sua obra e se desenvolve através dela, representando, decerto, um reflexo do desenvolvimento da guerra do Peloponeso, que o poeta via enfraquecer a Grécia.

É constante a manifestação de patriotismo de Eurípides. O elogio dos reis atenienses está não apenas em *Os Heráclidas* e *As Suplicantes*, mais ainda em *Medéia* (Egeu) e em *Herácles Furioso* (Teseu). Esse patriotismo, porém, não o leva a defender a guerra a que Atenas se atira. Se, em *Os Heráclidas* e *As Suplicantes*, as peças que maior conteúdo Patriótico encerram, ainda há uma justificação da guerra, em nome da preservação do costume — embora, como veremos adiante, haja também libelos contra a guerra —, em outras peças (*Andrômaca*, *Hécuba* e *As Troianas*), vemos o poeta fazer a pintura dos horrores da guerra, colocando a cena justamente no campo dos vencidos. E *Heleena* (**), uma de suas últimas peças, tem a própria moralidade no pacifismo.

Em *As Suplicantes*, o arauto tebano já diz que a paz, amiga da fecundidade e da abundância, vale bem mais que a guerra (v.734-749). E Adrasto deplora a guerra que fez (v.31-32); mostra sua insensatez como exemplo: porque sua Argos era forte, ele não aceitou o tratado de exigências moderadas que Etéocles lhe fazia, e levou seu povo à ruína (v. 734-746). Assim, as cidades, que, por

(*) Em 410, quando se discutia o acordo com Esparta, o maior adversário desse entendimneto foi Cleofes, hábil orador, de origem trácia por parte de mãe, fraudulentamente inscrito entre os cidadãos: ele fez calar os partidários da paz e exortou o povo à guerra. Ora, nessa assembléia de Argos, em *Orestes*, esse demagogo que Eurípides coloca é argivo que não é argivo" (v- 904). Veja-se a introdução à edição "Les Belles Lettres" de *Orestes*.

(**) Observe-se que essa tragédia foi concebida a partir de 414, época da vigência da paz de Nícias.

entendimentos poderiam evitar tantos males escolhem resolver seus casos ex-terminando-se mutuamente (v.758-759). E, mais adiante, ele pergunta por que os infelizes mortais acumulam armas e se entrematam, quando deveriam coexistir em paz (v.949 et seq.).

Andrômaca traz a lamentação contínua da viúva de Heitor. Ela chora os desastres da guerra (v.91 et seq., v. 385 et seq., v.524 et seq.), e o coro lhe faz eco (v.274 et seq.). A crítica da guerra está, ainda, no debate entre *Peleu* e *Menelau* (v.546 et seq.).

Em *Hécuba*, Eurípedes põe em foco o sofrimento dos vencidos e desperta piedade em relação a eles. A guerra não é tratada, propriamente, como problema moral. *Hécuba* é a verdadeira heroína, símbolo da desolação dos vencidos. Desde o início ela pergunta que grito, que gemido fazer ouvir em sua desgraça (v. 154 et seq.). No entanto, a peça não trata unicamente dos sofrimentos dos vencidos, pois os vencedores também são atingidos pelos malefícios da guerra (v. 650 et seq.).

Tanto em *Andrômaca* como em *Hécuba* o poeta se preocupa insistentemente — em particular nas partes corais — com as causas da guerra e a responsabilidade daqueles que a provocaram. O coro procura o motivo da origem das desgraças e examina as responsabilidades, dividindo-as entre os protagonistas humanos, *Helena*, *Hécuba*, *Paris*, *Menelau*. O que leva à guerra são faltas humanas, não querelas de deuses.

AS Troianas, por sua vez, não são mais que uma seqüência de desgraças, não havendo nem mesmo um herói ou heroína (*). Há sofrimento, desespero, e afinal, a ruína de Tróia. Eurípedes lembra o absurdo da guerra, nascida de um motivo insignificante. Mais uma vez ele acentua que os vencedores também sofrem com a guerra. Como diz *Cassandra*, os gregos perderam, por uma só mulher e um só amor, centenas de vidas; seu chefe — *Agamenão* — sacrificou a própria filha; eles não chegaram a rever seus filhos; também não foram as mãos de suas esposas que estenderam sobre eles a mortalha; e mais: é em terra estrangeira que eles jazem (v.368 et seq.). Em muitos pontos, pois, eles foram mais desgraçados que os troianos vencidos.

Em *Helena*, o coro faz desfilar os sofrimentos tanto dos troianos como dos gregos, e diz que perseguir a glória dos combatentes é insensatez, e é loucura crer a lança suficientemente poderosa para pôr termo às desgraças dos mortais (v.1107 et seq.).

Em *As Fenícias*(**) mostram-se os sofrimentos que a intransigência semeia, e a mágoa pela impossibilidade de reconciliação. A luta é sempre um mal e leva à ruína.

A guerra de Tróia aparece, assim, como um^a prefiguração da guerra do Peloponeso. A crueza crescente desta vai levando Eurípedes a pregar numa de suas últimas peças, *Ifigênia em Áulis* — em que a ambição de *Agamenão* é criticada —, a união dos gregos contra os bárbaros. É muito importante essa prega.

(*) Note-se que a peça foi apresentada em 415, quando Atenas preparava uma expedição contra a Sicília; desvanecera-se, assim, a breve esperança de paz.

(**) Observe-se que a peça, que apresenta a luta entre dois irmãos e duplo fraticídio, foi escrita justamente na época da luta fraticida dos gregos.

ção se levamos em conta que Esparta parece não agradar ao poeta. Percebe-se, mesmo, hostilidade em relação a essa cidade. Sirva de exemplo a peça *Os Heráclidas*, obra de circunstância, como já vimos, escrita durante a guerra do Peloponeso. Ela parece dirigida contra Argos, pois é contra o tirano dessa cidade que os Heráclidas imploram proteção e é contra os argivos que os atenienses lutam, mas, na verdade o inimigo a que Eurípides visa é Esparta; os atenienses só se tornam adversários dos argivos porque tomaram a defesa dos Heráclidas, em nome da lei comum dos gregos, que fora desrespeitada. Isso é visto claramente, quando Euristeu se refere ao oráculo de Apoio, segundo o qual se seu corpo fosse enterrado no território ático este estaria protegido contra os descendentes dos Heráclidas, que o haveriam de invadir, traindo o benefício recebido (v. 1028 et seq.). É uma alusão clara aos espartanos e suas incursões na Ática, no início da guerra do Peloponeso (*).

A hostilidade a Esparta é mostrada em vários outros pontos. Em *As Suplicantes*, Adrasto diz a Teseu que não recorreu a Esparta porque ela é cruel e pérfida (v.198). Em *Andrômaca*, Andrômaca diz a Menelau que Esparta não desconhece nenhum crime, que suas ações ofendem toda a Grécia, que seus habitantes são odiosos pelas mentiras, enganos, artifícios (v.445 et seq.). Em *As Troianas* o coro das cativas troianas

pondera sobre o destino que as espera, dizendo que desejariam estar destinadas à terra famosa e bendita de Teseu, nunca a Esparta, onde deveriam saudar Menelau como senhor. Observe-se, ainda, que o papel de Menelau é sempre pouco digno e que não é, também, muito grato o papel de Agamenão (**).

Em *Helena*, entretanto, Menelau deixa de aparecer como um indivíduo odioso, e a própria Helena é reabilitada. Estaria aí a condenação da divergência entre as cidades gregas, a visão de todas as guerras como grandes erros? (***).

Em nome dessa união entre os gregos, da defesa dos valores mais altos do helenismo vemos, em uma das suas últimas peças, *Ifigênia em Áulis*, Eurípides como que justificando a guerra contra os bárbaros, desta vez figurando-os como bárbaros mesmo não mais na representação simbólica que lhes foi dada nas peças anteriores, nas quais a guerra de Tróia nada mais significava, como já observamos que uma prefiguração da guerra do Peloponeso, que no momento se desenrolava.

CONCLUSÃO

Concluindo, diríamos que, acima do Eurípides patriota, se ergue o Eurípides

(*) Na Introdução à edição "Les Belles Lettres" de *Os Heráclidas* vem observado que, em 430, o exército espartano tinha, pela segunda vez, devastado a Ática, poupando, porém, a Tetrápola segundo Diodoro da Sicília em memória dos Heráclidas; pelo contrário a devastação em 427 fora completa.

(**) Leia-se *Ifigênia em Áulis* v. 335 et seq.; atente-se ainda, em *Hécuba*, a fraqueza ambição e covardia de Agamenão.

(***) *Helena* (veja-se a nota da pag. 12) foi concebida em uma época em que ainda se podia esperar que a guerra do Peloponeso não mais recomeçasse.

pacifista. A defesa de Atenas concretiza-se na defesa de seu regime político, a democracia (*), considerada salvaguarda da segurança comum, não incui a defesa do imperialismo ateniense o ponto mais vulnerável de sua política.

Isso nos mostra um Eurípides cômico da realidade política do momento, perfeitamente empenhada no estabelecimento da responsabilidade do indivíduo, não só como cidadão, mas também, acima de tudo, como ser humano.

REV. LET./226

NEVES, Maria Helena de Moura — Eurípedes" political thought. Rev. Let. São Paulo, 20:99-108, 1980.

SUMMARY: Eurípides' acknowledged realism includes a political involvement. The eulogy of Athens is remarkable both regarding her illustrious past and her role in the Greek world. The war in which Athens is engaged and which weakens Greece, however, is condemned, for Athens' defense, made real in the defense of her political regime, democracy, does not include the defense of Athenian imperialism. Thus, Eurípides the patriot is exceeded by Eurípides the humanist, who is more concerned with the responsibilities of the human being, than with those of the citizen's.

UNITERMS: Eulogy of Athens; democracy; demagoguery; war; pacifism.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRADOS, Francisco Rodrigues — *Ilustracion y política en la Grécia Clásica*. Madrid, Ediciones de la Revista de Occidente, 1966.

EURIPIDE — *Andromaque*. Texte établi et traduit par Louis Méridier. 12. ed. Paris, Les Belles Lettres, 1956.

3. EURIPIDE — *Électre*. Texte établi et traduit par Louis IParmentier. Paris, Les Belles Lettres, 1968.

————— *Hércube*. Texte établi et traduit par Louis Méridier. 12. ed. Paris, Les Belles Lettres, 1956

(*) Há, em *As Suplicantes*, uma crítica à democracia feita pelo arauto tebano, segundo o qual a cidade democrática é conduzida pela multidão; tem oradores que a exaltam e a colocam ao sabor de seus próprios interesses; os lisonjeadores inicialmente a servem, depois a perdem, depois ainda a enganam de novo, a fim de cobrir seus erros e escapar ao castigo. Pergunta ele como pode a massa, que governa mal seus próprios pensamentos, conduzir firmemente a cidade. A sabedoria tem, de ser amadurecida, pois nada se faz com pressa; e um pobre trabalhador, mesmo que não seja ignorante, é impedido, por seu trabalho, de aplicar-se ao bem comum. E a crítica conclui por condenar a possibilidade de um homem qualquer ter a oportunidade de influenciar o povo com seus discursos (v. 410 et seq.). Aponta-se, pois, aí, um perigo da democracia. No entanto bem observado, tal perigo não é exclusivo da democracia, e não há pois, uma contradição de Eurípedes, que nos parece defensor do regime político de Atenas. O que se vê apontado aí são os desvios do ideal (o perigo é a demagogia, onde quer que se situe), mas esses desvios poriam em evidência a verdadeira forma de democracia — a que efetua a equidade, sempre negada na tirania.

5. EURIPIDE — *Hélène*. Texte établi et traduit par Henri Grégoire. 12. ed. Paris, Les Belles Lettres, 1961.
— *Hippolyte*. Texte établi et traduit par Louis Méridier. 12. ed. Paris, Les Belles Lettres, 1965.
————— *Ion*. Texte établi et traduit par Henri Grégoire. 4. ed. Paris, Les Belles Lettres, 1965.
————— *Les Héraclides*. Texte établi et traduit par Louis Méridier. 7. ed. Paris, Les Belles Lettres, 1978.
9. ————— *Les Phéniciennes*. Texte traduit et annoté par Louis Méridier; établi et annoté par Fernand Chapouthier. 12. ed. Paris, Les Belles Lettres, 1961.
10. ————— *Les Suppliantes*. Texte établi et traduit par Henri Grégoire. 4. ed. Paris, Les Belles Lettres, 1965.
11. ————— *Les Troyennes*. Texte établi par Louis Parmentier. Paris, Les Belles Lettres, 1968.
12. ————— *Médée*. Texte établi et traduit par Louis Méridier. 6. ed. Paris, Les Belles Lettres, 1965.
13. EURIPIDE — *Orestes*. Texte établi et annoté par Fernand Chapouthier et traduit par Louis Méridier. 12. ed. Paris, Les Belles Lettres, 1968.
14. JAEGER, Werner — *Paidéia*. Trad. de Artur M. Parreira. São Paulo, Herder, s. d.
15. JUAN, François — *Eurípides et les légendes des chants cypriens*. Paris, Les Belles Lettres, 1966.
16. LESKI, Albin — *A tragédia grega*. Trad. de Moysés Baumstein. São Paulo, Perspectiva, 1971.
17. KITTO, H. D. F. — *Os gregos*. Trad. de José Manuel Coutinho e Castro. Coimbra, Arménio Amado Editor, 1968.
18. ROMILY, Jacqueline de — *La tragédie grecque*. Paris, Presses Universitaires de France, 1978.
19. TRAGIQUES GRECS. EURIPIDE. Texte présente, traduit et annoté par Mane JDelcourt i— Curvers. Paris, Éditions Gallimard, 1966.